

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Definição do Perfil do Professor de Português

Língua não Materna

Isabel Leiria

1. No Documento Orientador para o PLNM no Currículo Nacional produzido pela DGIDC (homologado pelo Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, em 14.12.2005, pode ler-se:

Medida 4 | – Definição do perfil do professor de Português Língua não Materna

O ensino intercultural e a consciencialização da sua urgência dizem respeito à sociedade e a todas as escolas e possibilitará a todos os alunos uma formação consistente para viver num mundo plural. A língua e a cultura portuguesas integram inúmeros contributos de outras línguas e são, por isso, um exemplo de riqueza sociocultural.

Tendo em conta que a língua assume um papel importante na construção da própria identidade e que o relacionamento humano pressupõe a interpretação de comportamentos, ensinar uma língua, para além dos seus conteúdos lexicais e gramaticais, é ensinar também:

- A comunicar adequadamente tendo em consideração a situação de comunicação e características pessoais, nomeadamente etárias e culturais, dos interlocutores;
- A ser receptivo à descoberta do outro, evitando preconceitos e ideias preconcebidas;
- A relacionar-se com a diferença de forma empenhada e positiva.

Atendendo ao que ficou dito acima, o professor de Português Língua não Materna será o professor titular do 1.º ciclo e os professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com habilitação para o ensino da disciplina de Língua portuguesa/ Português ou de línguas estrangeiras.

No entanto, os professores que assumam a responsabilidade destes grupos devem fazer prova de que dispõem de formação académica que contemple formação científica e pedagógica na área da Língua Portuguesa ou português e/ou incluir formação científica e pedagógica numa língua estrangeira, bem como formação científica e pedagógica em Português Língua não Materna/Língua Estrangeira.

Para que a condição referida seja reconhecida, é preciso fazer prova da aquisição de formação nessa matéria.

Além desta formação académica, o professor de Português língua não materna deve:

- Evidenciar interesse, empenho e capacidade de comunicação com alunos com características enunciadas acima;
- Ser capaz de partir dos saberes, experiências e interesses que os alunos transportam, envolvendo os pais ou familiares se necessário;
- Utilizar metodologias – trabalho em grupo, simulações, representações – para dinamizar actividades em que se aprende a ter em conta o ponto de vista do outro;
- Ajudar os alunos a compreender e a conhecer melhor com quem comunicam, de modo a construir as representações na colaboração e no enriquecimento provenientes das várias diferenças;
- Ser flexível nas expectativas que tem dos alunos, tendo capacidade para modificar os seus próprios juízos a partir de um conhecimento ajustado à realidade.

O que fica dito não significa que o professor tenha de dispor de um conhecimento profundo acerca dos países de onde são originários os alunos. Antes significa que:

- Deve ter uma atitude aberta, tolerante e construtiva perante outras identidades sociais, comportamentos e valores;
- Ser receptivo a novas aprendizagens;
- Estar disponível para preparar actividades que proporcionem aos alunos uma troca de informações e respectivas conclusões relativamente às culturas em presença, a partir do que ouviram ou do que leram;
- Disponibilizar informação factual;
- Incentivar a comparação das várias culturas, hábitos, vivências.

Dado o elevado número de crianças, jovens e adultos chegados às escolas/agrupamentos de escolas que requerem um acompanhamento especializado e com carácter intensivo na aprendizagem da língua portuguesa, é imprescindível investir na formação inicial e contínua dos docentes, através de multiplicadores regionais.

As instituições de ensino superior terão que ser envolvidas na concepção de ofertas de formação complementar.

Os planos de estudo da formação inicial e as acções de formação contínua para professores de Português língua não materna deverão ser reforçadas em quatro grandes áreas, desdobráveis numa série de conteúdos:

- Formação em educação inter/multicultural;
- Formação em linguística do Português;
- Formação em aprendizagem e ensino de Português como língua não materna;
- Avaliação das aprendizagens dos alunos.

Comentário: No meu entender, a "Formação em linguística do Português" deve ser desdobrada e incluir, pelo menos, **Fonologia, Sintaxe e Variação no tempo, no espaço e na sociedade**. A "Formação em aprendizagem e ensino de Português como língua não materna" deve contemplar uma disciplina de **Aquisição e aprendizagem de língua não materna**; a referência a "aquisição" deve ser explícita, visto que, frequentemente, a menção "Formação em aprendizagem e ensino de Português como língua não materna" é interpretada/posta em prática como didáctica. Não se pode ensinar a ensinar sem antes ensinar como se aprende.

2. Excerto da minha comunicação no CCB⁵⁵

Ensinar implica alunos mas também professores. Quem são estes professores? Qual a sua formação? Qual a sua situação profissional?

A instituição que hoje tem o nome de Instituto Camões, que já se chamou Instituto para a Alta Cultura e ICALP – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – e que começou a sua actividade na longínqua década de trinta do século passado, durante muitos anos, recrutava figuras de destaque (escritores e outros intelectuais) que, em universidades de “países amigos”, funcionavam como verdadeiros embaixadores de Portugal. A cultura portuguesa era o centro da atenção e não a língua. À semelhança daquilo que acontecia com outros países e outras culturas, não havia a preocupação com a formação desses emissários enquanto professores, enquanto pedagogos e, em particular, enquanto professores de língua. A língua vinha por acréscimo. Era, antes de mais, a correia de transmissão de factos históricos e culturais seleccionados; servia para aceder a eles e para os divulgar; só depois, como instrumento de comunicação do trivial. Só para aqueles, e não eram muitos, que avançavam no seu estudo e no interesse (na dedicação) pela cultura portuguesa e que, por essa razão, passavam a visitar-nos regularmente, ela se tornava necessária para uso na sua modalidade oral. Alguns destes vinham fazer Cursos de Verão nas Universidades de Lisboa e de Coimbra.

Esta situação alterou-se com o 25 de Abril de 1974. Importante era o presente e a ordem dos factores inverteu-se. A língua passou a ser indispensável para comunicar com um povo agente de uma experiência revolucionária pouco convencional. Os factos do passado e os aspectos culturais, agora seleccionados pelos interesses daqueles que nos visitavam, passaram a ser outros. As Faculdades de Letras, de improviso, viram-se obrigadas a mudar o foco e a alargar o espaço que dedicavam ao ensino do português a estrangeiros. Algumas delas, por volta de meados dos anos 80, começaram, de forma atabalhoada, a formar professores de português língua não materna. No entanto, a quase totalidade tanto dos leitores enviados para universidades estrangeiras pelo Instituto Camões, como dos professores de filhos de emigrantes, e também aqueles que ensinavam por cá, não tinham qualquer formação específica para esta tarefa. Não tinham e, muitos deles, continuam a não ter. Tinham formação, quando muito, para o ensino do português língua materna.

Actualmente, para muitos dos recém-licenciados, a passagem como leitores por Universidades estrangeiras é um episódio para resolver uma situação de desemprego. Mas, não é tão fácil como se poderia supor recrutar professores e, sobretudo, professores com formação adequada. Os nossos jovens, contrariamente àquilo que seria de esperar, não estão muito disponíveis para viver uma aventura no estrangeiro. Invocam muitas vezes saudades de casa e dos amigos. No entanto, creio que esta indisponibilidade resulta principalmente de saberem que passar três ou quatro anos fora atrasa a possibilidade (ainda que remota) da sua entrada no mercado de trabalho em Portugal, porque, não havendo um vínculo a nenhuma instituição portuguesa, a sua experiência, na hora do regresso, não será considerada. De facto, a experiência que adquirem, durante a sua passagem, mais ou menos longa, pelas universidades do mundo, não é reconhecida nem rentabilizada. Alguns, acabado o contrato com o Instituto Camões, continuam ao serviço da Universidade que os acolheu. Para uns, é uma opção, para outros, não passa de uma estratégia de fuga para a frente. Muitos dos que regressam, na melhor das hipóteses, voltam a ocupar o lugar que deixaram aquando da partida.

⁵⁵ Conferência Internacional sobre Ensino do Português; 5 a 7 de Maio de 2007.

Então, que perfil deveria ter este professor de português L2?

Não um intelectual exclusivo à maneira de antigamente, mas também não um técnico de horizontes estreitos. Não se pode passar de um extremo a outro. Uma formação que contemple conhecimentos disponibilizados pelas diferentes áreas da linguística fornecerá ao professor atitudes mais saudáveis e informadas em relação à língua que ensinam e, mais importante ainda, ao modo como ela é aprendida. Mas estes professores também têm de dispor, e isso parece ser o mais difícil de conseguir, de conhecimentos culturais consolidados, não só sobre o passado mas também sobre o presente.

Os três anos de uma licenciatura parecem-me escassos para formar um profissional com o perfil adequado. Apostaria mais numa pós-graduação em linguística aplicada sobre um edifício cultural consolidado do que num banho de cultura sobre uma formação inicial em linguística. Isto significa que não têm necessariamente de ser licenciados em Letras. Este perfil combinaria características indispensáveis do perfil do passado com uma formação que o presente exige. Afinal, quando no estrangeiro, eles continuam a ter uma tarefa comparável à de um embaixador e, do seu perfil, depende muitas vezes a sala cheia ou a sala vazia, depende um interesse acrescido ou o definhar do interesse pela nossa língua numa dada universidade. Interesse que, uma vez perdido, pode demorar anos a recuperar. Para o ensino em Portugal a crianças e jovens, a falta de preparação, associada à inadequação curricular, pode ser decisivamente desastrosa. Mais preocupante, porque o modelo se reproduz, é o caso da formação de formadores, em África, em Timor, ou em Portugal. Por essa razão, a formação não pode ser de vão de escada, ela deve ser creditada e a selecção destes profissionais deve pautar-se por critérios de rigor e exigência.

Insiste-se muito em que experiência, sem formação, não basta; e em que a investigação deve apoiar o ensino da língua. Eu não poderia estar mais de acordo. No entanto, esquece-se frequentemente que a investigação apoiada na experiência de ensino, que mantém o investigador apegado ao real, é a mais frutífera. A experiência de ensino dos professores constitui por isso um tesouro que deve ser rentabilizado e não perdido. A fixação de professores a esta actividade, se não resolvesse, pelo menos minorava um outro problema: a quase inexistência de materiais para o ensino ou a falta de qualidade dos existentes. Passando rapidamente por esta actividade, aos professores não é dada a possibilidade de adquirirem experiência e de desenvolvem investigação que possam ser aplicadas na produção de materiais didácticos. Com a agravante de que produzir materiais para esta realidade é uma tarefa particularmente complicada e financeiramente pouco compensatória para as editoras. Sendo os factores envolvidos na aprendizagem de uma L2 em número quase incalculável, os públicos têm características muito diversas e, conseqüentemente, são numericamente pouco expressivos. Em contrapartida, professores experientes e com formação adequada são capazes de fazer uma observação crítica dos materiais disponíveis; além disso, produzem materiais próprios e são, por conseguinte, muito menos dependentes dos pré-fabricados que raramente se adequam a um determinado contexto de ensino.

Este panorama aponta numa direcção. Se a tutela do ensino do português a falantes que não o têm como L1 continuar a ser repartida por três ministérios, não sei como, e reconhecimento que pode ser uma miragem, seria desejável um entendimento que, aproveitando formação e experiência acumulada, permitisse a mobilidade de professores de português L2 entre todos os espaços de ensino: no estrangeiro, ao serviço do Instituto Camões; em

escolas de ensino básico e secundário junto de comunidades emigrantes; e nos PALOP e em Timor, na formação de formadores; em Portugal, nas escolas de ensino básico e secundário, e, eventualmente, em universidades, em períodos, como no Verão, em que o habitual corpo docente não é suficiente. Um organismo que gerisse este recurso, enquadrasse estes professores, que reconhecesse a especificidade da sua tarefa, que intervalasse os períodos de docência, de cada um deles, em Portugal com as estadias no estrangeiro (prevenindo deste modo a perda de contacto com a realidade portuguesa), que incentivasse o debate e a troca de experiências entre todos eles, evitaria que este recurso desaparecesse como água em areia, para infelicidade dos professores e desgraça dos alunos.